

RS 3,00

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

SEXTA-FEIRA, 5 de dezembro de 2025

## OPINIÃO

RAUL CANCIAN MOCHEL  
Secretário de Estado de Trans-  
parência e Controle

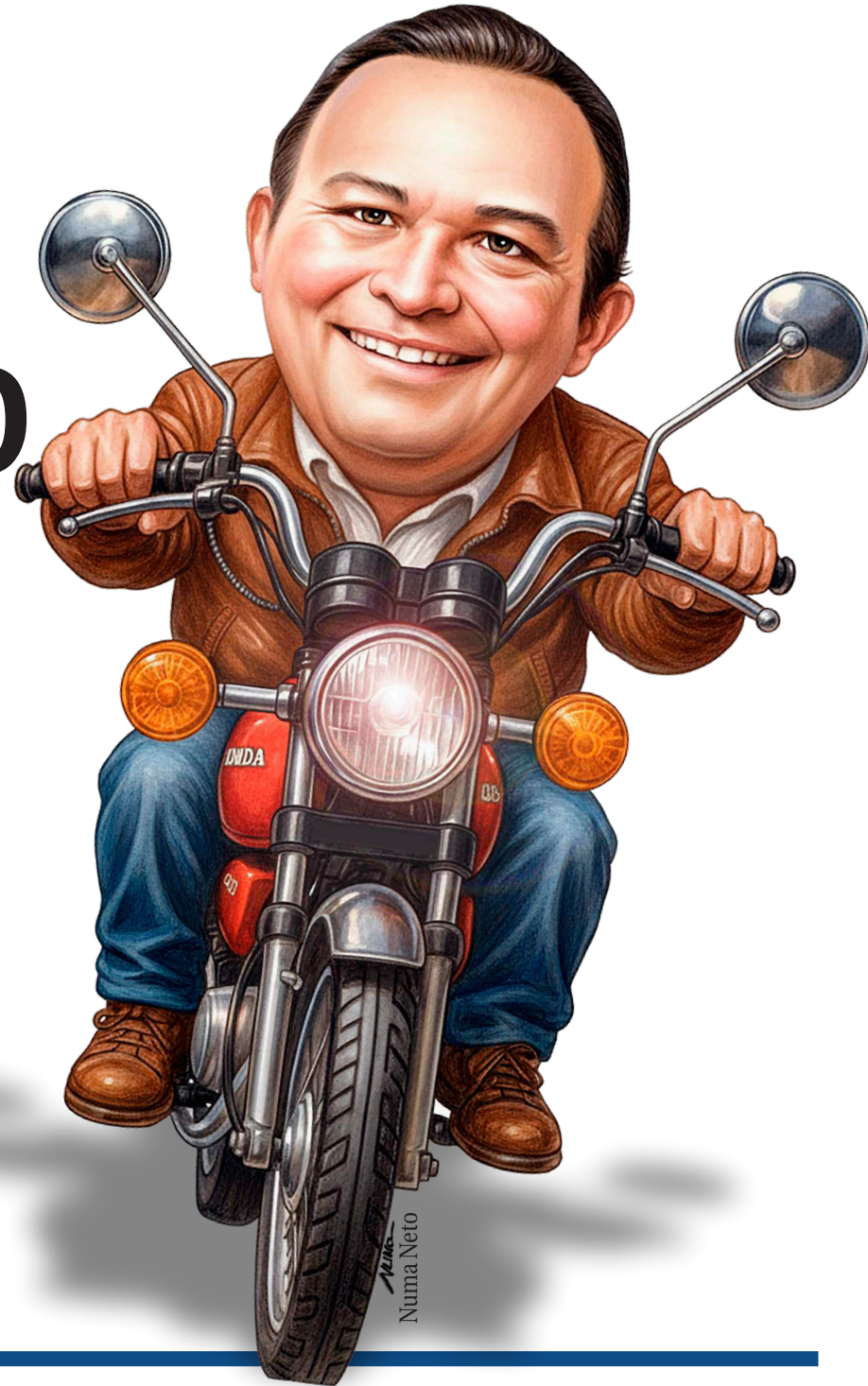


### Maranhão alcança certificação nacional e consolida nova era na auditoria pública

# IPVA ZERO

## Projeto de Brandão alivia o bolso de mais de 600 mil maranhenses

O governador Brandão enviou PL à Alema isentando o IPVA de motos até 155cc e zerando taxas. O projeto também reduz em 0,25% a alíquota do IPVA para outros veículos, premiando condutores sem multas. As medidas representam R\$ 100 milhões em renúncia fiscal, estratégia e fortalecer a economia e auxiliando trabalhadores



## EDUARDO BRAIDE PROPÕE NOVO ACORDO A VEREADORES

O prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD), enviou à Câmara Municipal um pedido de acordo para a revogação da lei que garantiu o reajuste salarial do gestor, ponto central de uma disputa judicial com os auditores fiscais do município. A proposta surge um dia após o prefeito ser alvo de uma representação na Câmara que pede sua cassação por suposta improbidade administrativa.

### Réveillon do Maranhão terá Xand Avião e Ávine Vinny

A expectativa é de que pelo menos 300 mil pessoas passem pelo local. Ao todo, 1.500 prestadores de serviços diretos e indiretos devem atuar nos bastidores.

### Vale lança campanha solidária para contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência



### Natal deve movimentar R\$ 176 mi no comércio

Pesquisa da Fecomércio-MA indica que aproximadamente 445 mil pessoas pretendem comprar presentes neste fim de ano para as datas festivas

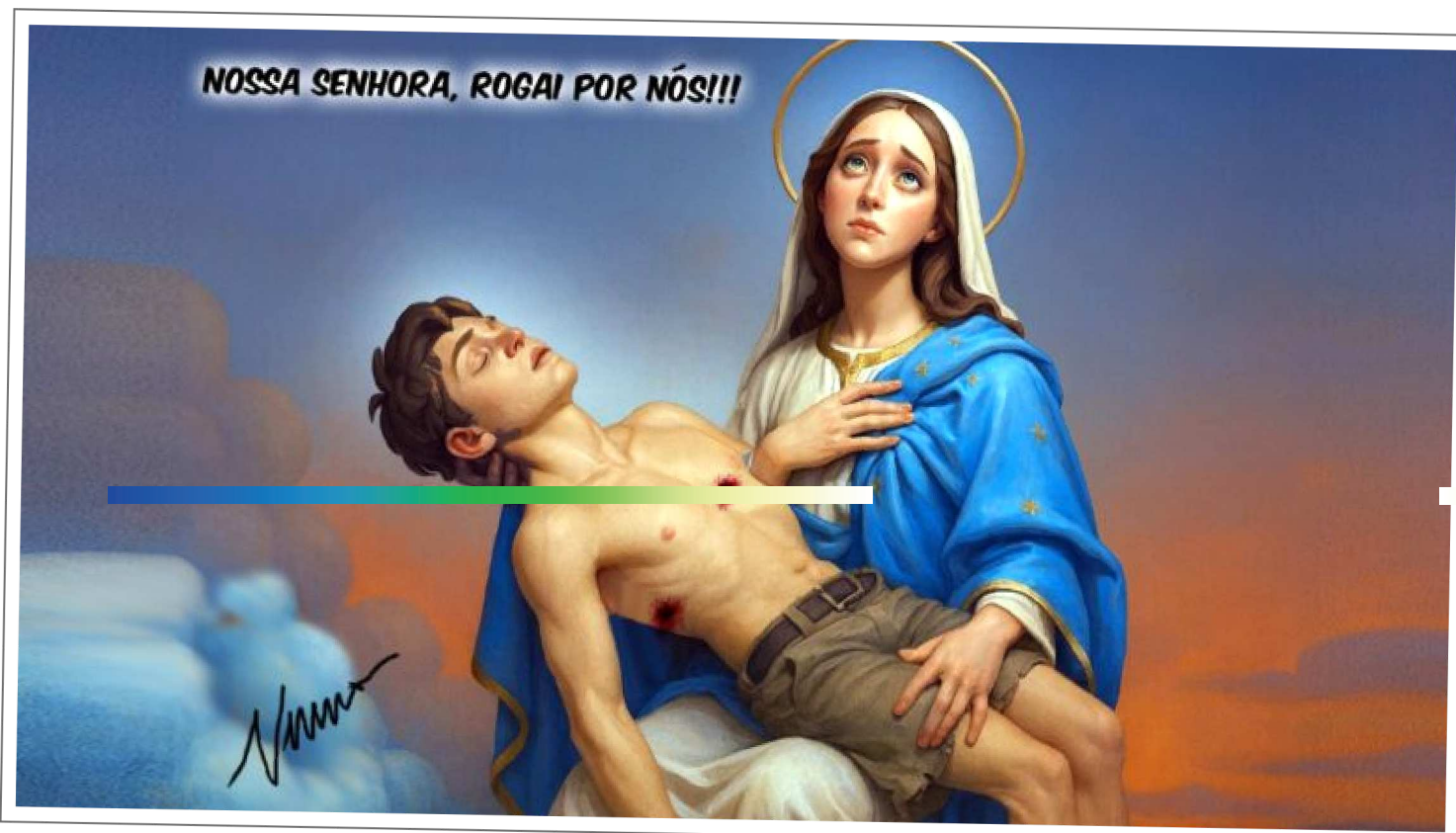
NOSSOS TELEFONES: REDAÇÃO 98991445641 • COMERCIAL 991151624 • CAA - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE 991445645 DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

6 & 7 DE DEZEMBRO PRAÇA MARIA ARAGÃO

festival de Natal

equatorial ENERGIA

EVENTO GRATUITO



## CERTIFICAÇÃO NACIONAL

## Maranhão consolida nova era na auditoria pública

RAUL CANCIAN MOCHEL

Secretário de Estado de Transparência e Controle



O controle interno brasileiro passa por uma transformação silenciosa, porém substancial. Aos poucos, deixa-se para trás o modelo tradicional de auditoria, focado quase exclusivamente na identificação de falhas depois que elas já aconteceram, e ganha força uma abordagem mais moderna, com visão preventiva e colaborativa. No Maranhão, essa mudança alcançou um marco relevante: o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC), foi certificado no Nível 2 do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), um padrão reconhecido internacionalmente e alcançado por um grupo seleto de unidades da federação.

A certificação é válida por cinco anos e será formalizada na próxima Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que ocorrerá em Belém, nos dias 4 e 5 de dezembro. Trata-se de uma validação independente, feita por pares, que confirma que a Auditoria-Geral do Estado (AGE/MA) e a STC alcançaram um nível de maturidade capaz de garantir maior segurança, rigor técnico, padronização e confiabilidade na avaliação do uso dos recursos públicos.

Mas, afinal, o que isso muda na prática? Por que esse reconhecimento é tão significativo para a Administração Pública e para a vida do cidadão maranhense?

Esse novo modelo de auditoria adotado pela STC não se limita a olhar documentos e contratos em busca de

erros. Sua essência está em agregar valor, trabalhando ao lado do gestor, analisando riscos, avaliando processos internos e sugerindo melhorias antes que eventuais falhas causem prejuízo aos cofres públicos.

Se antes a auditoria era vista como um árbitro de futebol, que só se manifesta após uma falta ou um gol irregular, agora ela funciona também (e principalmente) como o técnico da equipe: orienta, indica correções, fortalece posicionamentos e contribui para que o "time" atue de forma mais eficaz, eficiente e efetiva. O objetivo deixa de ser a punição e passa a ser a prevenção, deixa-se de apontar o que deu errado e passa-se a ajudar a garantir que tudo dê certo desde o início.

É uma mudança de paradigma que caracteriza maturidade institucional e aproxima o Maranhão do que há de mais moderno em auditoria interna no setor público.

Embora o tema seja bastante técnico, os efeitos dessa transformação podem ser percebidos com facilidade em situações concretas. Tomemos como exemplo a construção de uma escola. No modelo antigo, a auditoria entrava em cena somente quando a obra já apresentava atraso, paralisação ou indícios de irregularidades. Com a nova abordagem, o acompanhamento começa antes mesmo da execução, avaliando-se os riscos do contrato, as adequações do projeto e os controles imprescindíveis para evitar problemas. Isso aumenta sobremaneira a chance de a obra ser entregue dentro do prazo, com qualidade e com uso responsável dos recursos.

O mesmo vale para a concessão de benefícios em programas sociais, como o Maranhão Livre da Fome, por exemplo. O foco passa a ser na estrutura que sustenta o programa: cadastro de beneficiários, critérios de seleção, sistemas eletrônicos utilizados e controles de prevenção a fraudes. Dessa forma, é mais provável que os benefícios sejam recebidos por aqueles que realmente precisam, reduzindo falhas e aumentando a efetividade da política pública. Em resumo, a adoção do modelo IA-CM se traduz em auditorias com resultado muito mais concreto: serviços funcionando melhor, menos desperdício de recursos públicos e maior confiança da po-

pulação na gestão.

Destaca-se que essa certificação é fruto de um longo processo interno de mudança de cultura, além de uma reestruturação na gestão da STC, com alterações de normas, métodos de trabalho e equipes. Tudo isso foi fundamental para que os avaliadores externos comprovassem, presencialmente, as melhorias consistentes na padronização dos processos, no fortalecimento dos controles, na capacitação dos profissionais e na adoção de práticas alinhadas aos padrões internacionais. Os auditores da STC demonstraram capacidade de produzir trabalhos que não apenas atendem às exigências legais, mas agregam valor à gestão, fortalecendo a governança e contribuindo para uma administração pública mais eficiente e orientada a resultados.

Mas, vale ressaltar, essa conquista não é um ponto final, e sim um ponto de partida. Ao alcançar o Nível 2, o Estado do Maranhão mostra maturidade institucional e plenas condições de avançar em direção a níveis mais elevados. Inicia-se, nesse momento, uma fase mais robusta, por intermédio da qual a auditoria passa a agir como parceira estratégica da gestão, sustentando decisões, prevenindo riscos e colaborando diretamente para que as políticas públicas entreguem resultados melhores à população. Em uma conjuntura em que a escassez de recursos aumenta proporcionalmente às demandas sociais, essa abordagem faz toda a diferença.

Controlar bem é governar melhor. Quando a auditoria atua para orientar, prevenir e aprimorar, o trabalho apenas para apontar erros, toda a sociedade é favorecida. Serviços são prestados com mais eficiência, programas sociais funcionam com mais segurança, obras são entregues com mais qualidade e o dinheiro público é utilizado de forma mais responsável.

A certificação no Modelo IA-CM reconhece justamente isso: o Maranhão está consolidando um modelo de auditoria colaborativa, preventiva e voltada à entrega de resultados. Um modelo que assiste aos gestores, fortalece as instituições e contribui para um Estado mais eficiente, transparente e comprometido com os interesses da sociedade.

## CARTÓRIOS

## Pilares da segurança jurídica e do desenvolvimento social no Brasil

EDUARDO DE PÁDUA CRUZ SOUSA

Titular da Serventia Extrajudicial de Vitória do Mearim

Em meio à complexidade da vida moderna, onde a velocidade das informações e a burocracia muitas vezes se entrelaçam, é fundamental destacar o papel insubstituível dos cartórios na estrutura social e jurídica brasileira. Longe de serem meros centros de papelada e carimbos, os cartórios representam verdadeiros pilares da segurança jurídica, agentes facilitadores de políticas públicas e, surpreendentemente para muitos, importantes geradores de receita para o próprio Estado, sem onerar os cofres públicos.

A principal contribuição dos cartórios reside na segurança jurídica que oferecem. Ao registrar nascimentos, casamentos, óbitos, imóveis e diversos outros atos e fatos da vida civil, eles conferem fé pública e presunção de veracidade aos documentos. Essa atuação é crucial para a proteção dos direitos dos cidadãos e para a estabilidade das relações sociais e econômicas. Imagine um cenário sem a certeza de quem é o proprietário de um imóvel ou sem o registro formal de um casamento. Seria o caos. Os cartórios, com sua capilaridade presente em cada município, garantem que esses atos essenciais sejam formalizados e acessíveis, evitando litígios e fraudes.

Além de sua função primordial na segurança jurídica, os cartórios desempenham um papel vital no suporte às políticas públicas. A vasta quantidade de informações que coletam e registram é de inestimável valor para a administração pública. Dados demográficos precisos, informações sobre propriedade e outros registros civis e imobiliários são essenciais para o planejamento e a execução de programas nas áreas da saúde, educação, habitação e segurança. Essa "inteligência de dados" gerada pelos cartórios, fruto de sua presença em todo o território nacional, permite que o Estado tenha um panorama mais claro da realidade social, otimizando a alocação de recursos e a formulação de estratégias eficazes.

É importante desmistificar a ideia de que os cartórios representam um ônus para o Estado. Pelo contrário, eles operam em um sistema autossustentável, sem depender de recursos do orçamento público. Mais do que isso, por meio de um sistema de repasse de taxas e emolumentos, os cartórios geram receita para diversos órgãos públicos, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e as Defensorias Públicas. Essa arrecadação, muitas vezes substancial, contribui diretamente para o financiamento de serviços essenciais à população, fortalecendo a própria estrutura do Estado sem que este precise despende recursos.

Em suma, a palavra "cartório" está longe de ser sinônimo de burocracia negativa ou de um resquício de um passado distante. Ao contrário, ela representa um conjunto de serviços modernos, eficientes e indispensáveis para a vida em sociedade. Os cartórios são instituições que garantem a segurança jurídica, apoiam a formulação e execução de políticas públicas, geram receita para o Estado e asseguram o acesso universal a serviços essenciais. Sua relevância, muitas vezes subestimada, é crucial para a solidez das instituições democráticas e para o bem-estar da população brasileira. Reconhecer e valorizar o trabalho dos cartórios é reconhecer a importância de um dos alicerces fundamentais do nosso país.

Em suma, a palavra "cartório" está longe de ser sinônimo de burocracia negativa ou de um resquício de um passado distante. Ao contrário, ela representa um conjunto de serviços modernos, eficientes e indispensáveis para a vida em sociedade. Os cartórios são instituições que garantem a segurança jurídica, apoiam a formulação e execução de políticas públicas, geram receita para o Estado e asseguram o acesso universal a serviços essenciais. Sua relevância, muitas vezes subestimada, é crucial para a solidez das instituições democráticas e para o bem-estar da população brasileira. Reconhecer e valorizar o trabalho dos cartórios é reconhecer a importância de um dos alicerces fundamentais do nosso país.

## O IMPARCIAL

## EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II  
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670Pedro Freire  
Diretor-Presidente  
pedrofriere@oimparcial.com.brCelio Segio  
Diretor ExecutivoPatrícia Freire  
Gerente Financeira  
patriciafreire@oimparcial.com.brRaimundo Borges  
Diretor de Redação

## FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO  
(98) 99144-5641COMERCIAL  
(98) 99116-1624Marketing  
98 9 8175 4604REDES SOCIAIS  
Whatsapp: (98) 99144-5641  
Twitter: @oimparcialonline  
Instagram: @oimparcial  
www.oimparcial.com.br

BENEFÍCIOS E INCENTIVOS

# Brandão lança medidas de regularização veicular

Diante da relevância social e econômica das medidas, o governo do Estado solicitou que o Projeto de Lei tramite em regime de urgência na Assembleia Legislativa

O governador Carlos Brandão anunciou o envio de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Maranhão (Alem) que altera a Lei nº 7.799/2002, para ampliar benefícios fiscais e promover mais justiça tributária aos proprietários de veículos em todo o Maranhão. A iniciativa integra um pacote de ações voltado à valorização dos trabalhadores, ao estímulo à regularização e ao fortalecimento da segurança no trânsito.

Durante o anúncio, Brandão destacou a importância do projeto para condutores e para a economia do estado. “Estamos ampliando direitos e garantindo mais justiça tributária. Essas medidas aliviam o bolso dos trabalhadores, fortalecem a economia e estimulam a regularidade e a responsabilidade no trânsito. É o Maranhão avançando com equilíbrio e compromisso social”, ressaltou.

O PL propõe isenção do IPVA para veículos com potência de até 155 cilindradas, incluídas motocicletas e

motonetas, beneficiando especialmente quem utiliza o veículo para deslocamento diário e como ferramenta de trabalho. Também prevê isenção das taxas de renovação do licenciamento e de consulta ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), desde que o proprietário possua habilitação válida e não tenha cometido infrações nos últimos 12 meses.

A proposta ainda reduz em 0,25% a alíquota do IPVA para as demais categorias previstas na Lei nº 7.799/2002, condicionada igualmente à ausência de infrações e à CNH compatível. A medida funciona como estímulo direto à condução responsável e à manutenção da regularidade fiscal.

De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a redução terá implantação imediata, com execução orçamentária garantida ainda este ano. O governo avalia que o impacto será positivo, especialmente no período de fim de ano, quando o pagamento do décimo terceiro salário au-

menta o consumo e pode impulsionar o mercado.

O pacote anunciado inclui também iniciativas complementares voltadas a profissionais que utilizam motocicletas para trabalhar, com foco na segurança e no fortalecimento dessas atividades.

No total, as medidas devem alcançar mais de 600 mil maranhenses e representam cerca de R\$ 100 milhões em renúncia fiscal.



## BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## Ora Pílulas!

### Rumo indefinido (1)

A deputada Iracema Vale, o governador Carlos Brandão e o grupo político sob sua liderança ainda não procuraram a Justiça Eleitoral para deixar o PSB por justa causa, depois que o partido passou ao comando da senadora Ana Paula Lobato Nova Alves, mulher do deputado Othelino Neto, líder do bloquinho de oposição na Alem. Lobato parece não estar com o mínimo de pressa em fornecer-lhes a carta de anuência. Apenas Brandão, com mandato no executivo não precisa da carta de anuência para trocar de partido e não correr risco de perder o mandato. Os mandatários do legislativo precisam da autorização. A lei dos Partidos Políticos diz que o mandato pertence ao partido e não ao mandatário. No caso em tela, são vários parlamentares que formam um “pacote” de “emigrantes partidários”. Para onde Brandão e Iracema forem levam um batalhão. Os deputados e vereadores esperam a “janela partidária” que se abre em março para a reafiliação.

### MDB os espera

Para o deputado Hildo Rocha, único federal do MDB maranhense na Câmara, o grupo liderado por Carlos Brandão deve ingressar mesmo no seu partido, hoje presidido pelo secretário de Assuntos Municipalistas, Orleans Brandão, pré-candidato a governador em 2026. Caso se confirme essa previsão, o MDB voltará ao centro do poder estadual no qual passou toda a sua existência com o grupão Sarney até 2015.

### Nem aí

Os quatro deputados federais do PL maranhense, Josimar do Maranhãozinho, Detinha, Júnior Lourenço, Pastor Gil, além dos estaduais e 40 prefeitos mantiveram um completo silêncio sepulcral antes e durante o julgamento que resultou na prisão do seu líder maior, Jair Messias Bolsonaro. Pior ainda é que todos se fazem de moucos diante de toda a barulheira dentro do clã Bolsonaro na guerra travada pelo espólio eleitoral do “mito”.

### Pombo-correio

Como diria o Barão de Itararé, de onde menos se espera é que realmente não sai nada. Foi o que aconteceu com o empresário da gigante mundial da carne, Joesley Batista. Ele pegou seu robusto jato e desembarcou em Caracas para missão aparentemente impossível. Foi pedir ao ditador Nicolás Maduro, metido na maior encenação latino-americana com os Estados Unidos, que renuncie ao mandato.

O presidente Donald Trump, que já se reuniu com Joesley na Casa Branca logo após decretar o tarifaço sobre as importações brasileiras, sabia que os planos do megaempresário com Maduro era, de fato, um esforço para atenuar a pressão dos EUA contra a Venezuela, no maior movimento de pré-guerra na vizinhança do país. Porém, ele tentou convencer Maduro a renunciar e abrir caminho para uma transição pacífica de poder.

Coincidência da viagem de Joesley, fundador da gigante JBS, é ter ocorrido um dia depois de Trump haver ligado para Maduro tentando instá-lo a abandonar o poder. O empresário diz que teria viajado por iniciativa própria. Acontece que o grupo da J&F tem um invejoso portfólio de investimentos também na área de celulose, energia, gás, mineração e petróleo, produto que a Venezuela possui como maior reserva mundial.

### Canetada irada

Ao mudar a regra que defini as possibilidades de os ministros do STF serem alvos de impeachment, Gilmar Mendes abriu uma nova crise que sacode a Praça dos Três Poderes. Gilmar definiu que só a PGR tem poder para pedir afastamentos dos membros da suprema corte. Com isso ele quer mandar para a gaveta do Senado nada menos que 81 pedidos de impeachment contra o STF.

Como o Congresso se transformou no ambiente toco, Gilmar arriscou dar uma cambalhota de enorme repercussão política. Afinal, dos 81 pedidos de impeachment desde 2021 que mofam na gaveta do Senado, Gilmar aparece como o terceiro destinatário deles, com 10. O campeão é Alexandre de Moraes, com 43; Luís Roberto Barros (aposentado), 20; Flávio Dino, 8; Dias Toffoli, 6; Carmen Lúcia, 5; Edson Fachin 4; Cristuano Zanin, 3; Luiz Fux, 2; Kassio Nunes e André Mendonça, 1 cada.

## REVOGAÇÃO DE LEI

# Eduardo Braide propõe novo acordo à Câmara



### A PROPOSTA CHEGOU NA MANHÃ DESTA QUARTA-FEIRA, NA CÂMARA, CAUSANDO O ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD), enviou à Câmara Municipal um pedido de acordo para a revogação da lei que garantiu o reajuste salarial do gestor, ponto central de uma disputa judicial com os auditores fiscais do município. A proposta surge um dia após o prefeito ser alvo de uma representação na Câmara que pede sua cassação por suposta improbidade administrativa.

No início de 2025, após pressão de cerca de 400 funcionários do setor de fiscalização, os vereadores de São Luís reajustaram o salário do prefeito de R\$ 25 mil para R\$ 38 mil. Essa medida acionaria, automaticamente, uma lei

que atrela o teto máximo do salário desses cerca de 400 servidores (auditores e controladores) ao valor do subsídio do prefeito, o que garantiria um reajuste para eles após quase duas décadas. Braide já havia negado o interesse no reajuste, alegando que o prefeito de São Paulo, cidade maior, não recebia o mesmo valor.

O prefeito maranhense contestou a lei no Tribunal de Justiça, alegando inconstitucionalidade. O Pleno do TJ, no entanto, validou a constitucionalidade da norma. Após perder recursos, o prefeito decidiu buscar o diálogo com os parlamentares.

Em uma proposta que vereadores

consideram absurda, o prefeito, por meio de seus interlocutores, procurou o presidente da Casa, Paulo Victor (PSB), para sugerir que a Câmara revogue a lei que deu o reajuste salarial, em troca da liberação das emendas parlamentares, que são impositivas. Desta forma, Braide evitaria descumprir a lei do reajuste salarial e também a Lei Orçamentária Anual, que prevê o pagamento obrigatório das emendas.

A proposta chegou na manhã desta quarta-feira, na Câmara, causando o encerramento da sessão para que os vereadores presentes fossem comunicados. A proposta de Braide é que a votação ocorra já na próxima semana.